



Município de Espírito Santo do Pinhal

Departamento de Cultura

Conselho Municipal de Política Cultural

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL (CMPC) DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL/SP

Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Espírito Santo do Pinhal/SP, realizada em vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e cinco, com início às dezoito horas e cinquenta e dois minutos, de forma presencial. Os trabalhos foram conduzidos sob a presidência de Renata Tamasso e secretariada por Manuel Figueiredo, com a presença dos conselheiros José Eduardo Martins de Souza (Poder público - Titular - Departamento de Cultura), Renata Maria Tamasso (Titular - Patrimônio Material e Imaterial), Cibele Buldrini (Poder público - Suplente - Departamento de Educação), Thiago Andrew Palombo (Poder Público - Titular - Departamento de Turismo), João Guilherme Cabral do Nascimento (Poder Público - Titular - Indicado pelo Prefeito), Rebecca Tabarin Monteiro (Titular - Artes Visuais), Tika Tiritilli (Suplente - Artes Visuais), Alessandra Benedetti (Suplente - Cultura Popular), Isadora Benedetti (Suplente - Música), Ana Paula Ricci (Suplente - Literatura), Carlos Frederico Schuler Ramos (Titular - Cultura Popular), Carolino Francisco Lomônaco Sucupira Silva (suplente Patrimônio Material e Imaterial), Kaike Salim (suplente Artes Cênicas), Mônica Sucupira (Titular Artes Cênicas), Manuel Figueiredo (titular Empresários e Organizadores de Eventos) e Loriane Salvi (suplente Empresários e Organizadores de Eventos). A presidente Renata deu início aos trabalhos informando o objetivo da reunião, qual seja, a deliberação sobre a distribuição dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), tendo em vista o prazo final de submissão do plano de ação do município até o dia trinta e um de agosto. Foi informado que o valor total do recurso a ser distribuído é de R\$ 308.396,91 (trezentos e oito mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e um centavos). Relatou-se o encaminhamento de dois ofícios ao Departamento de Cultura: o primeiro solicitando esclarecimentos e um relatório sobre as escutas públicas da PNAB, com as demandas levantadas, atas e listas de presença, para que a distribuição dos recursos fosse alinhada às necessidades da sociedade civil; e o segundo ofício referente à emenda do deputado Barros Munhoz, solicitando o plano de ação, os projetos e os valores destinados a cada um. O departamento atendeu de prontidão, apresentando ambos os relatórios que já se encontram em posse da presidência. Eduardo ressaltou a importância dessa reunião extraordinária para que o departamento pudesse finalizar o plano de ação. Ele informou ter participado de uma capacitação com o Sebrae, destacando que em Pinhal as escutas públicas foram realizadas e seus resultados serão apresentados ao conselho para deliberação, tornando o processo mais democrático. Registrou-se a realização de três escutas públicas: a primeira em vinte e três de abril na Estação, a segunda em vinte e quatro de julho, também na Estação, e a última em quatorze de agosto no Teatro Avenida, todas com a presença de membros do conselho. Procedeu-se, então, à leitura das três atas dessas reuniões para que as diretrizes para a distribuição dos recursos pudessem ser melhor definidas. Durante a leitura e discussão das atas, diversos pontos foram levantados. Foi ressaltado que 20% do recurso deve ser destinado a áreas periféricas, e Alessandra Benedetti destacou que alguns mapas do Cadastro Único podem auxiliar na identificação das áreas de vulnerabilidade. A sugestão, lida na ata 2, sobre a formação com pareceristas foi de imediato recusada pelo conselho, uma vez que quem participa dos editais não deve conhecer os pareceristas. Loriane Salvi fez a sugestão de que o edital seja dividido em duas etapas: Etapa de habilitação jurídica e outra etapa de classificação. Eduardo ressaltou que todo o edital será pautado pelo marco regulatório. Foram registradas outras contribuições importantes. João Guilherme destacou a presença de um bom curso de Letras na Unipinhal e solicitou a inclusão de linhas para a literatura. Francisco Sucupira defendeu a criação de uma cartilha impressa sobre o patrimônio histórico, a ser distribuída em escolas públicas. Cibeli, representante da cadeia de Educação, e Renata, destacaram que na grade curricular das escolas já existe o projeto "Rainha das Serras", mas sugeriram a inclusão de um método histórico e que oficinas funcionam mais do que cursos para a valorização do patrimônio material. Mônica Sucupira levantou a questão da necessidade de um espaço adequado para ensaios de artes cênicas, com iluminação, som e estrutura apropriados, relatando que a necessidade foi levantada em escuta pública do seguimento de artes cênicas. Tika Tiritilli destacou a carência de um espaço adequado para a exposição de artes visuais. Após as discussões, definiu-se a destinação de 5% do valor total para pareceristas, escrita de edital e áreas técnicas correlacionadas, restando R\$292.977,07 (duzentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e sete Reais e sete centavos) para distribuição. Eduardo leu as modalidades de destinação, que podem ser: fomento cultural, compra e reforma de equipamentos e pontos culturais, premiações, bolsas de estudos, termos de ocupação e termos



de colaboração. Ele destacou, ainda, que a forma mais democrática para a distribuição é por meio de edital. Foi então deliberado e decidido que todo o recurso será investido em fomento, e a distribuição será feita exclusivamente através de editais. Discutiu-se e preencheram-se os campos do formulário para o plano de aplicação dos recursos, definindo as áreas a serem atendidas e as ações afirmativas demandadas. Eduardo informou ter contratado uma assessoria especializada para auxiliar na escrita do edital e nos trâmites burocráticos, e disse que novas reuniões extraordinárias poderão ser convocadas, caso necessário, ou enquetes lançadas no grupo para agilizar o processo. Eduardo informou ainda que o PAR é muito detalhado e que o preenchimento tem que ser cuidadoso pois irá interferir na confecção do edital. Os conselheiros sugeriram que os pontos do PAR fossem lidos e aprovados naquele momento, o que foi prontamente atendido pelo Diretor de Cultura que procedeu a leitura de todos os itens seguidos da manifestação dos conselheiros. Foi consignado que o Departamento de Cultura devolverá todas as decisões ao CMPC para deliberação conjunta. Registrou-se o prazo final de envio do formulário, que é trinta e um de agosto. Foi deliberado que esta ata será publicada no Diário Oficial até segunda-feira, o que é importante para formalizar a compactuação do conselho e da sociedade civil com o Departamento e os planos seguintes. A chegada dos recursos está prevista para setembro. Eduardo informou sobre a situação das emendas parlamentares, destacando que a do deputado Paulo Fiorilo não será liberada em 2025, a de Barros Munhoz já está confirmada, e as dos vereadores precisam ser executadas até 31 de dezembro. Manuel solicitou que o departamento apresentasse um plano de distribuição desses recursos dos vereadores. Eduardo respondeu negativamente, ressaltando que a verba foi conquistada pelo conselho, e este deve deliberar sobre a sua distribuição. Foi ainda discutida a situação da primeira leva da Lei Aldir Blanc dois, cuja execução foi comprometida por conta da perda dos recursos na gestão passada, e foi destacado que a transparência e o diálogo com o CMPC são essenciais, em oposição à prática anterior. Foi deliberado, por fim, que uma nova reunião extraordinária será realizada na primeira semana de setembro para tratar especificamente do recurso dos vereadores. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às vinte e uma horas e vinte e dois minutos, e eu, Manuel Figueiredo, lavrei a presente ata, que será assinada pela presidente e por mim, secretário

Espírito Santo do Pinhal, vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e cinco.

Renata Maria Tamaso
(Presidente do CMPC)

Manuel Figueiredo
(1º Secretário do CMPC)